

Núcleo de Educação Popular 13 de Maio - São Paulo, SP
CRÍTICA SEMANAL DA ECONOMIA

EDIÇÃO Nº1279 – Ano 29; 2ª Semana Janeiro 2016.

O que vem depois de Levy JOSÉ MARTINS

O fracasso da política econômica Dilma-Levy é teórico e prático. É a derrota da velha política do ajuste monetário e fiscal (liberal ou keynesiano, tanto faz) que predominou no século passado no Brasil e outros países atrasados da periferia do sistema, sob a batuta imperialista do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Esses dois velhos xerifes do imperialismo já não contam muito mais na ordem das coisas. Agora é o próprio mercado das cadeias produtivas globais que se encarrega de regular e decidir o que deve ser feito nas contas públicas das economias dominadas.

Levy caiu do cavalo balbuciando frases desconexas sobre o nada. Não poderia ser diferente. Era uma tarefa muito grande para sua pequena cabeça. Acontece que a estabilização macroeconômica de uma grande economia dominada como a brasileira ficou muito mais complexa que antigamente. A “austeridade” agora é outra. Não é mais passando voluntariosamente a tesoura em “gastos elevados do governo” e aumentando juros e impostos que se resolve o problema. No passado resolvia, agora só agrava. A velha política de ajuste dos últimos doze meses não passava disso. Era mera tesouraria.

Talvez Barbosa consiga ser mais eficiente que o desastrado executivo do Bradesco. A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), principal patrocinadora de Levy, já deu a benção a Barbosa: “A Febraban recebeu com satisfação os compromissos assumidos pelo novo ministro, a quem deseja sucesso, e reafirma sua disposição de continuar trabalhando com a equipe econômica em prol do desenvolvimento do Brasil” (Folha de S.Paulo, 20/12/2015)

O executivo do Bradesco sai de cena. O burocrata Barbosa entra no palco. Mas além dos seus patrões da Febraban, Barbosa também é muito querido das centrais sindicais CUT, Força, etc. e dos patrões da velha indústria à beira da pulverização. Chega ao ministério da Fazenda apoiado pela descorada bandeira fascista da “união capital-trabalho”, levantada pela brigada corporativista sindical e patronal amante dos “espaços de negociações tripartite” – trabalho, capital e governo – e outras armadilhas que funcionavam muito bem desde o século passado até pouco tempo no Brasil.

Essas corporações capital/trabalho do antigo regime se apresentam à catatônica presidenta e seu novo ministro da fazenda propondo um mambembe projeto chamado “Compromisso pelo desenvolvimento”. Só para inglês ver. A precariedade deste projeto corporativista é que se imagina um “horizonte construtivo” para o curto-prazo da economia. Discursa com a costumeira eloquência populista de slogans vazios. Por exemplo, sobre uma transição rápida para o crescimento, a retomada do investimento

público e privado em infraestrutura, em particular nos setores do petróleo e gás, destravamento da construção civil, incentivo à exportação industrial, ampliação do capital de giro para as empresas, fortalecimento do mercado interno, etc. [texto completo desta peça decorativa na página web da CUT] Ora, esse discurso da carochinha limita-se a requestrar o liberal e corporativista “novo paradigma” de Mantega – que encheu os cofres da parasitália capitalista e seus asseclas do agronegócio, grandes empreiteiras, etc., até ser destruído pelo próprio veneno e escancarar as portas da ingovernabilidade burguesa atual.

Muito longe de um imaginário “horizonte construtivo” do projeto neocorporativista o ajuste fiscal e as “reformas estruturais” a serem buscadas por Barbosa referem-se a um “horizonte destrutivo” – criativo, mas fortemente destrutivo – e muito bem ancorado pelas novas promessas da acumulação imperialista nas grandes economias dominadas da América Latina (Brasil, Argentina e México). Neste sentido, e apenas neste sentido, a camisa de força para amarrar as lutas econômicas dos trabalhadores escondida nas entrelinhas do projeto dos neocorporativistas será de estratégica utilidade para as necessidades atuais e futuras das empresas e cadeias produtivas globais.

Segurar burocraticamente (e, quando necessário, militarmente, *off course*) as lutas econômicas dos trabalhadores pode ajudar efetivamente, além desse lero-lero de “desenvolvimentistas” bem intencionados, no trabalho sujo que o novo ministro da fazenda deve coordenar no governo federal. Para tanto, os pelegos de plantão do neocorporativismo continuarão recebendo os ossinhos de cachorro de sempre jogados pelos seus patrões domésticos e estrangeiros.

As forças imperialistas instaladas no Estado nacional – governo, exército, imprensa, diplomacia, igrejas, universidades e organizações sociais em geral – pressionam até com a possibilidade de impeachment da presidenta, prisão no lava-jato, etc., pela imediata execução das tão faladas e tão pouco claras “reformas” para a estabilização da economia. Barbosa será bem sucedido em seu novo cargo se ele contribuir para o início da grande cirurgia. Primeiramente, o ajuste fiscal. Começando, por exemplo, pela liberação das receitas constitucionalmente vinculadas à seguridade social, previdência, saúde, educação. Trata-se de executar agressiva “desvinculação” marcada pela sigla DRU (Desvinculação das Receitas da União). Aqui se exige nova emenda à Constituição. A DRU atual, de Dezembro/2011, permite a desvinculação de apenas 20% dessas receitas. É muito pouco para as novas necessidades do governo. Barbosa deve tentar a aprovação de uma faixa de 40% a 50%.

Carnificina. Governo autorizado a gastar livremente as receitas atualmente vinculadas àquelas áreas sociais. Serão volumosas somas de “salários indiretos” surrupiadas dos trabalhadores para alavancar a meta de superávit fiscal de 2% a 2,5% do PIB nos próximos anos. Para que? “Para manter a dívida líquida do setor público estável em relação ao PIB” segundo o próprio Barbosa (vide Nelson BARBOSA Filho – “*O desafio macroeconômico de 2015-2018*” – in Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3, julho-setembro/2015). A estabilidade da dívida pública é a própria estabilidade

macroeconômica instrumentalizada pelo ajuste fiscal. Não se trata, portanto de diminuir e muito menos eliminar a dívida pública que alimenta os rentistas nacionais e estrangeiros, mas torná-la “estável”. E para isso que existem os economistas envolvidos na administração pública em geral. Neste sentido, o novo ministro da Fazenda, e autor do trabalho acima, também deverá promover cortes significativos nas “redes de proteção social e serviços públicos universais” (Estado do Bem Estar Social); nos “incentivos fiscais e financeiros ao setor produtivo” (Estado Desenvolvimentista); nos “controles de preços administrados” (Estado Intervencionista).

Além do ajuste fiscal entram diversas outras “reformas” do Estado, que também não enumeramos neste momento. Deixamos de enumerar até inúmeras outros itens a serem incluídos nestes sacos de maldades do frágil governo nacional – também conhecidos como metas para a estabilidade macroeconômica ou, simplesmente, ajuste fiscal. Não vale a pena ruminar essa interminável lista. Não é o volume dos recursos que contam mais no atual programa de ajuste fiscal brasileiro. Afinal, não se trata aqui de um mero problema de “distribuição de renda”. Trata-se de ampla operação de guerra de reestruturação do exército industrial de reserva nacional e rebaixamento radical do custo da força de trabalho nos maiores centros industriais do país.

O mais importante é que essa missão do ajuste fiscal é a primeira e mais imediata etapa das diversas “reformas” do Estado nacional, impostas pelas novas necessidades de integração da economia brasileira às cadeias produtivas globais. Esse processo de mexicanização da economia brasileira já está em processo mais avançado na Argentina que no Brasil, para ficar apenas no exemplo das maiores economias dominadas da América Latina.

Portanto, basta registrar, mais uma vez, que esta primeira etapa de reformas de adaptação da economia nacional às necessidades do sistema imperialista é o grande desafio do novo ministro da Fazenda. Por que isso é importante? Porque, além das considerações estritamente econômicas, o sucesso ou fracasso do novo ministro da nesta tarefa determinará também, de maneira imediata, a desaceleração ou agravamento da crescente ingovernabilidade do Estado burguês brasileiro. Reformas imperialistas e fragilização dos Estados nacionais da periferia dominada são coisas intimamente relacionadas.